



BB Integra – Portal de Inteligência Pública: Uma ferramenta no Controle Social da Gestão Municipal

*Kleucia Garleny de Castro Constantino Ferro¹; Emmanuel Ferro Albuquerque²;
Maria Gabriela Jandiroba Silva³*

Resumo: O controle da gestão pública pode ser exercido por meio dos representantes eleitos, das entidades de fiscalização e pelo cidadão. O presente estudo tem como objetivo apresentar à comunidade acadêmica e à população em geral, uma alternativa de acompanhamento de controle social digital, de maneira integrada em apenas uma plataforma, simplificando o acesso aos dados públicos, distribuídos em várias bases de dados de diversas fontes públicas. A pesquisa foi realizada de forma bibliográfica e exploratória, inicialmente pela busca de embasamento teórico sobre o controle social e apresentação das funcionalidades da plataforma digital BB Integra – Portal Inteligência Pública, mantida pelo Banco do Brasil. A pesquisa demonstrou que a ferramenta está disponível a qualquer cidadão, sem a necessidade de cadastro e o seu uso é bastante simplificado, apresentando vários dados de 22 instituições públicas de maneira integrada. Sugere-se que outros estudos sejam realizados, pois existe uma escassez de pesquisas desenvolvidas sobre o BB Integra disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD entre outras bases de consulta, para que dessa forma outras análises possam expandir o estudo do tema.

Palavras-chave: Controle Social; Acesso a informação; Administração Pública; Gestão Pública; Transparência.

BB Integra – Portal of Public Intelligence: A Tool of Social Control of Municipality Management

Abstract: The management of the public institutions can be exercised by politicians, by supervisory entities and by citizens. The present study has the aim of presenting to the academic community and the populace, an alternative of accompanying social control by digital means in an integrated form in one platform, simplifying the access to public data distributed in several databases from public resources. The research was carried out in a bibliographic and exploratory way, by the search of theoretical bases on social control in a Public Intelligent Portal named BB Integra which is kept by Banco do Brasil. This research has shown that this tool is available to any citizen without the need for registration; its use is greatly simplified. This Portal integrates data from 22 public institutions. It is suggested that other studies should be done because of the lack of researches like this one done by Banco do Brasil at the – Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD - among other data banks in order to extra analyses expand the study of this subject.

Keywords: social control; access to information; public administration; public management; transparency

¹ Administradora. Pós-graduanda em Gestão Pública Municipal – UNIVASF. Petrolina-PE, Brasil. E-mail: kleucia.pe@gmail.com;

² Contador. Graduado em Ciências Contábeis – FACAPE. Petrolina-PE, Brasil. E-mail: emmanuel.ferro.pe@gmail.com;

³ Mestre em Administração – UFBA. Docente da UNIVASF. Petrolina-PE, Brasil. E-mail: gabriela.jandiroba@univasf.edu.br

Introdução

Atualmente o território brasileiro é dividido em 5.570 municípios, segundo IBGE (2019), que tem suas gestões acompanhadas, fiscalizadas e controladas, conforme definido na Constituição da República Federativa do Brasil, por entidades de controle externo Tribunal de Contas da União (TCU), Tribunais de Contas dos Estados (TCEs), Tribunais de Contas dos Municípios (TCMs), Controladoria Geral da União (CGU), Ministério Público Federal (MPF) e Ministérios Públicos Estaduais (MPEs). Tendo em vista o que disciplina a Constituição da República Federativa do Brasil, no âmbito municipal, o controle é exercido, pelas Câmaras de Vereadores e entidades como as Controladorias Gerais dos Municípios (CGMs), essas últimas são constituídas com o objetivo de funcionarem como setores de auditoria interna nas prefeituras.

O arcabouço de instituições que atuam no controle das Administrações Públicas é expressivo, mas torna-se imperativo a participação popular no acompanhamento das ações governamentais, conhecido como controle social, como bem explicitado no livro editado pela Controladoria Geral da União - Controle Social: Orientações aos cidadãos para participação na gestão pública e exercício do controle social: “(...) No Brasil, a preocupação em se estabelecer um controle social forte e atuante torna-se ainda maior, em razão da sua extensão territorial e do grande número de municípios que possui.” (CGU, 2012. p. 9). Corroborando para a necessidade de haver uma maior participação da população nos destinos de seu município, cuja descentralização de ações dos Governos Federal e Estaduais, foi preconizada há mais de 50 anos, conforme estabelecido nos artigos 10 e 11 do Decreto-Lei nº. 200, de 25 de fevereiro de 1967:

Art. 10. A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentraliza.

Art. 11. A delegação de competência será utilizada como instrumento de descentralização, com o objetivo de assegurar maior rapidez e objetividade às decisões, situando-se na proximidade dos fatos, pessoas ou problemas a atender.

Dessa forma, com a desconcentração da atuação governamental para os municípios, o cidadão pode ser beneficiário direto das ações do Estado e ter a oportunidade de participar do controle social, sendo uma das formas por meio da atuação em entidades colegiadas, como o

Conselho Municipal de Educação (Lei nº 10.172/01), Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (Lei nº 11.494/07), Conselho Municipal de Saúde (Lei nº 8.142/90) e Conselho Municipal de Assistência Social (Lei nº 8.742/93).

Entretanto mesmo havendo um número considerável de entidades e representações de controle social, o cidadão pode optar por intervir de forma isolada no acompanhando da arrecadação de tributos, da liberação e aplicação dos recursos, contribuindo nas decisões da gestão pública.

Então o cidadão também precisa se posicionar, se inserir nas discussões e conhecer para quais rumos os municípios estão sendo guiados. Para que isso ocorra, inicialmente, se faz necessário que se obtenha informações sobre os recursos, programas e indicadores do local onde mora e trabalha. Porém essa tarefa não é fácil, muitas vezes torna-se impossível de ser realizada, tendo em vista a imensidão de dados abertos distribuídos em múltiplas instituições brasileiras.

Visando proporcionar o acesso de informações em um mesmo ambiente, o Banco do Brasil S.A. desenvolveu o Portal de Inteligência Pública denominado BB Integra, disponível para qualquer cidadão. Este site mostra-se capaz de sintetizar em apenas uma plataforma na internet um elevado número de informações provenientes de várias bases de dados.

Assim sendo, o objetivo desse artigo é apresentar essa plataforma e demonstrar que a mesma pode auxiliar na execução do controle social exercido pelo cidadão comum ou mesmo como instrumento de consulta para os órgãos públicos que assim desejarem.

Metodologia

Este estudo pode ser caracterizado como sendo de natureza exploratória e descritiva (MALHOTRA, 2012; COOPER e SCHINDLER, 2003).

Foi realizada pesquisa documental e consulta às bases de dados da plataforma BB Integra, do Banco do Brasil, que se apresenta distribuída em seis eixos: Gestão Pública, Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura, Socioambiental, Educação e Saúde. Acessível a qualquer cidadão que possua um equipamento eletrônico que se conecte a internet, e obviamente que o interessado possua acesso à rede mundial de computadores. Por isso os

autores tem a preocupação de apresentar o relato da forma mais compreensível possível, dispensando o uso de jargões tecnológicos, desobrigando o leitor e possível usuário do sistema a deter conhecimentos refinados de tecnologia da informação.

Em um mesmo ambiente estão disponíveis dados sobre as gestões municipais, compilados das entidades privadas e órgãos públicos, conforme demonstrado nas Tabelas 1, 2 e 3:

Tabela 1

Entidades privadas nacionais participantes da base de dados do BB Integra

Instituições Privadas

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan)

Frente Nacional dos Prefeitos (FNP)

Fundação Banco do Brasil (FBB)

Tabela 2

Entidades privadas nacionais participantes da base de dados do BB Integra

Instituição Internacional

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Tabela 3

Entidades privadas nacionais participantes da base de dados do BB Integra

Instituições Públicas Nacionais	Situação atual (em 2019)	Denominação Atual
Banco Central do Brasil (Bacen)	Ativo	Banco Central do Brasil (Bacen)
Biblioteca Nacional (BN)	Ativo	Biblioteca Nacional (BN)
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	Ativa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)
Fundo Nacional de Saúde (FNS)	Ativo	Fundo Nacional de Saúde (FNS)
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	Ativo	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)	Ativo	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)	Ativo	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ministério da Educação (MEC)	Ativo	Ministério da Educação (MEC)
Ministério da Fazenda (MF)	Extinto	Secretaria Especial da Fazenda, integrante do Ministério da Economia

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)	Extinto	Secretaria Especial da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, integrante do Ministério da Economia
Ministério da Integração Nacional (MI)	Extinto	Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR)
Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)	Extinto	Secretaria de Aquicultura e Pesca - SAP, integrante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)
Ministério das Cidades (MCID)	Extinto	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano / Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana, integrantes do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR)
Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	Extinto	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF), integrante do Ministério Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)
Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)	Extinto	Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, do Ministério da Cidadania
Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	Ativa	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)
Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	Extinto	Secretaria Especial de Previdência e Emprego, integrante do Ministério da Economia
Ministério do Turismo (Mtur)	Ativo	Ministério do Turismo (Mtur)
Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes	Extinta	Subsecretaria de Economia Solidária, integrante do Ministério da Justiça e Segurança Pública
Frente Nacional dos Prefeitos (FNP)		
Fundação Banco do Brasil (FBB)		

Ainda para a análise da temática buscou-se levar em consideração o conceito de *accountability*, como sendo de fundamental importância para que se possa falar em participação social nas políticas públicas e de responsabilização dos gestores públicos, ou seja, a ideia de controle social da administração pública (MEDEIROS e PEREIRA, 2003).

Resultados e Discussão

De acordo com BARROS (2016, apud. PEREIRA, 1998), existem três mecanismos de controle: o Estado – como sistema legal, o mercado – como sistema econômico, e a sociedade civil – por meio dos grupos sociais. Sendo assim, a contribuição do cidadão na gestão pública é muito importante, pois não são poucos os casos de gestores que administram e investem de maneira equivocada, os chamados fundos públicos. Algo que em muitas ocasiões ocorre pela

falta de preparo dos agentes públicos, como evidenciado em matéria jornalística “Falta de qualificação afeta vida de prefeituras brasileiras” (O GLOBO, 2012), demonstrando que em 1.879 municípios o titular do órgão de Saúde tem até o ensino médio e em 55 cidades, eles chegam a ter só o fundamental incompleto.

Dessa maneira se faz necessário a constante participação e fiscalização por parte do cidadão como instrumento do controle social, como preconizado no Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (CÂMARA DE REFORMA DO ESTADO, 1995), iniciativa elaborada pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado que expressava:

(...) o cidadão como contribuinte de impostos e como cliente dos seus serviços. Os resultados da ação do Estado são considerados bons não porque os processos administrativos estão sob controle e são seguros, como quer a administração pública burocrática, mas porque as necessidades do cidadão-cliente estão sendo atendidas.

E tinha como seus objetivos:

Lograr adicionalmente um controle social direto desses serviços por parte da sociedade (...). Mais amplamente, fortalecer práticas de adoção de mecanismos que privilegiem a participação da sociedade tanto na formulação quanto na avaliação do desempenho da organização social, viabilizando o controle social.

Nessa senda o Banco do Brasil S.A., que junto aos municípios brasileiros desempenha um papel maior que de mero “agente financeiro”, tem se destacado como um dos principais parceiros das gestões municipais seja no atendimento das demandas dos habitantes desses entes federativos, seja na oferta de produtos e serviços às gestões municipais, ou possibilitando aos seus gestores prestarem muitos dos serviços públicos à população.

A amplitude das soluções disponíveis para as gestões públicas municipais vai desde ferramentas de acompanhamento dos repasses de recursos federais e estaduais, além da arrecadação própria; oferta de linhas de crédito e produtos de investimento; gestão de programas federais até a formatação e disponibilidade gratuita de sistemas, como é o caso do BB Integra, Portal de Inteligência Pública, plataforma que agrega as muitas formas de controle aos gastos públicos e sua fiscalização, por retratar um canal consolidado de dados públicos e abertos, contribuindo para transparência da gestão pública municipal, principalmente com o advento da Lei nº 12.527/2011, a “Lei de Acesso a Informação”, publicada em 18 de novembro de 2011, onde houve um avanço na transparência das ações governamentais. A regulamentação

trazida por essa Lei obrigou os órgãos públicos a considerar o Princípio da Publicidade como regra e não mais um artigo de raras exceções.

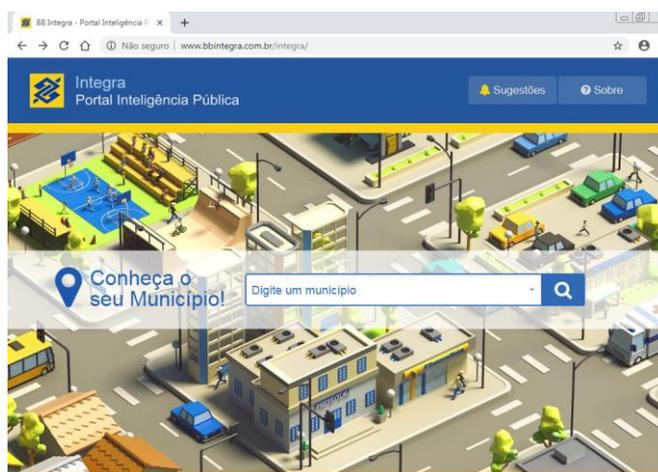
A imposição jurídica aos entes públicos de ofertarem maior publicidade dos atos administrativos trouxe à luz modificações extremamente importantes à administração pública, porém para o cidadão comum existem dificuldades em conseguir dados consolidados, tendo em vista os diversos órgãos públicos e entidades que coletam e publicam essas informações não os fazem de maneira integrada, dificultando o acompanhamento das ações pela comunidade e trazendo riscos aos gestores municipais de tomarem decisões equivocadas.

Desse modo, com o objetivo de contribuir para a melhoria do controle social, apresentamos essa ferramenta ao público que por ventura tenha interesse de prestar uma pequena contribuição para a melhoria da gestão pública municipal acompanhando indicadores do seu município e propondo melhorias aos agentes políticos.

Disponibilizada de maneira gratuita, cujo domínio é <http://www.bbintegra.com.br/integra/>, o BB Integra é de fácil navegação.

Após a página ser acessada o usuário digita o nome do município de interesse, como mostra a figura 1.

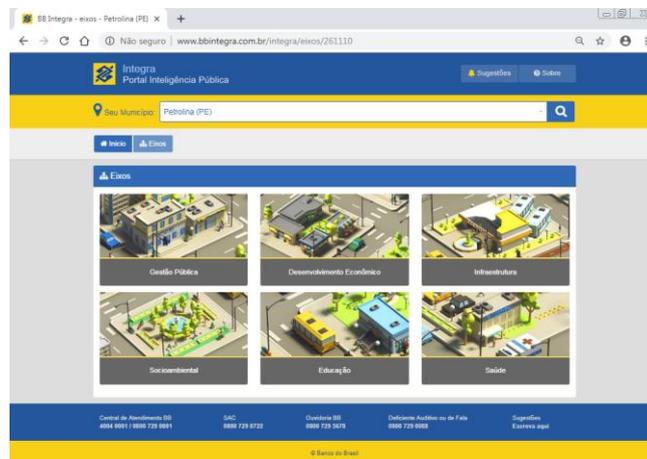
Figura 1 – Tela inicial do site BB Integra



Fonte: <http://www.bbintegra.com.br/integra/>

Ao acessar a página inicial e digitar o município de interesse, surgirá a tela conforme figura 2, com a distribuição dos dados nos eixos: Gestão Pública, Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura, Socioambiental, Educação e Saúde.

Figura 2 – Tela dos eixos do município pesquisado

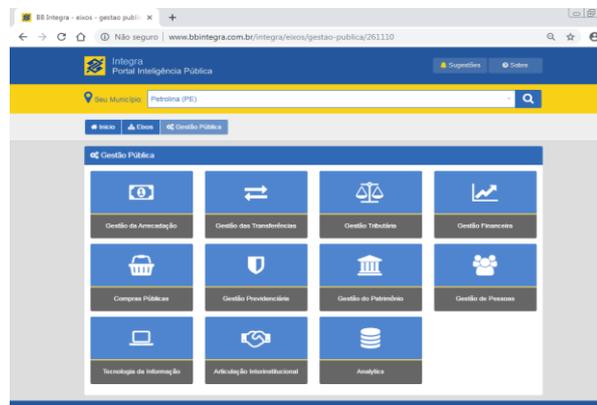


Fonte: <http://www.bbintegra.com.br/integra/eixos/261110>

Acessando a aba correspondente ao eixo Gestão Pública, conforme figura 3, surgirá à tela com os seguintes tópicos:

- gestão da arrecadação: dados sobre o recolhimento de impostos, taxas e contribuições.
- gestão de transferências: repasses do Fundo Municipal de Saúde e seus diversos programas, benefícios previdenciários além de transferências governamentais e de instituições privadas.
- gestão tributária: créditos a curto prazo, créditos tributários a receber, tributos e contribuições.
- gestão financeira: caixa e equivalentes de caixa, demais créditos a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias e empréstimos e financiamentos a longo prazo.
- compras públicas: fornecedores e contas a pagar a curto prazo, fornecedores a longo prazo e serviços e diárias.
- gestão previdenciária: contribuições sociais – RPPS.
- gestão do patrimônio: imobilizado do município.
- gestão de pessoas: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo, pessoal a pagar e aposentadorias e pensões.
- tecnologia da informação: avalia o parque de equipamentos e sistemas de informática da prefeitura.
- articulação institucional: participação em consórcios municipais e meios de comunicação.
- *analytics*: nessa aba encontram-se dados analisados da gestão municipal condenados pela Firjan, que também produziu mapas de georreferenciados com informações de cada município brasileiro.

Figura 3 – Tela do eixo gestão pública

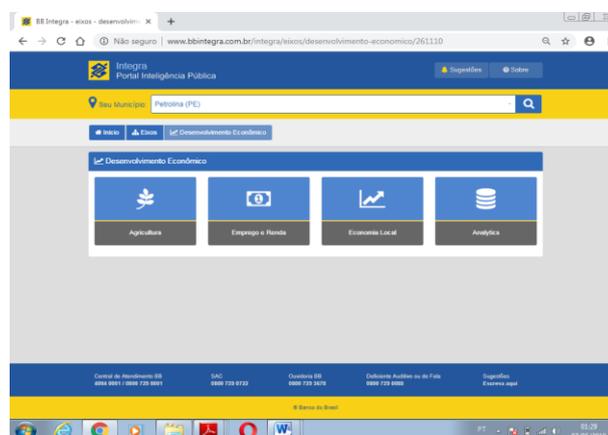


Fonte: <http://www.bbintegra.com.br/integra/eixos/gestao-publica/261110>

Quanto à página do eixo Desenvolvimento Econômico, apresenta-se como na figura 4, sendo suas pastas distribuídas em:

- agricultura: população municipal, quantidade de pessoas envolvidas na agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, quantidade de declaração de aptidão ao Pronaf – DAP e quantidade de pescadores.
- emprego e renda: trabalhadores ocupados, beneficiários do Bolsa Família, PIB entre outros dados.
- economia local: PIB a preços correntes, informações sobre rotas turísticas, quantidade de empresas exportadoras e turísticas.
- *analytics*: nessa aba encontram-se dados analisados da gestão municipal, com censo da economia solidária, com programas como: bolsa família, Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, cooperativas por atividade econômica, entre outros dados.

Figura 4 – Tela do eixo desenvolvimento econômico

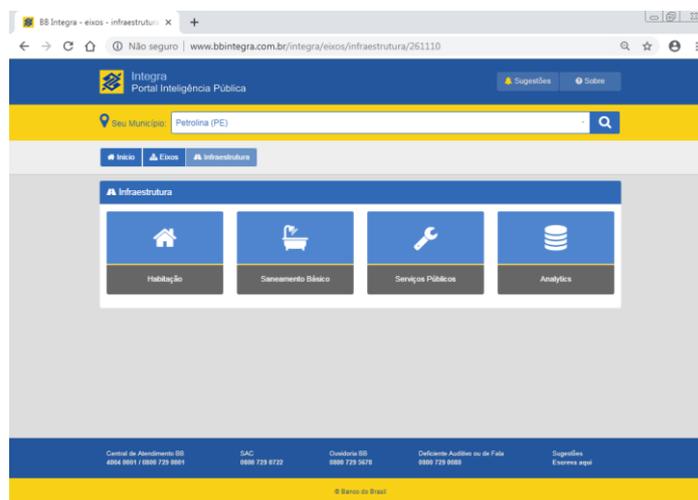


Fonte: <http://www.bbintegra.com.br/integra/eixos/desenvolvimento-economico/261110>

No terceiro eixo dados sobre infraestrutura são apresentados de acordo com a figura 5, com as pastas subdivididas em:

- habitação: informações sobre habitação no município, como cidadãos que pagam aluguel, quantidade de contratos e valores liberados do programa Minha Casa Minha Vida.
- saneamento básico: total de domicílios particulares permanentes, cobertura de rede esgoto, fossa séptica, banheiros, dentre outros dados.
- serviços públicos: domicílios sem coleta de lixo e sem energia elétrica.
- *analytics*: quantidade de unidades habitacionais contratadas pelo Minha Casa Minha Vida.

Figura 5 – Tela do eixo infraestrutura

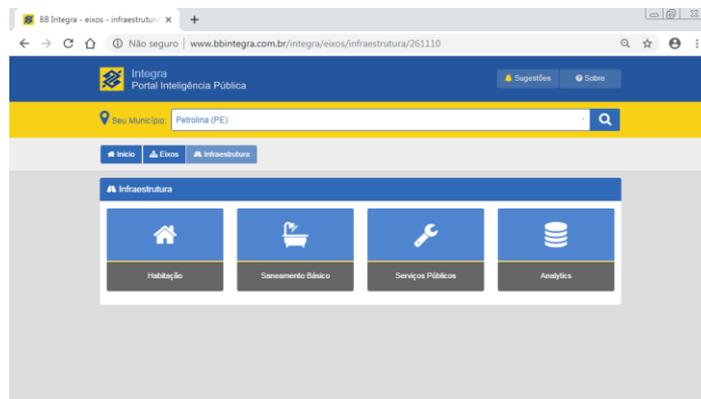


<http://www.bbintegra.com.br/integra/eixos/infraestrutura/261110>

O quarto eixo tem os dados identificados como socioambiental e são apresentados de acordo com a figura 6, com as pastas subdivididas em:

- habitação: informações sobre habitação no município, como cidadãos que pagam aluguel, quantidade de contratos e valores liberados do programa Minha Casa Minha Vida.
- saneamento básico: total de domicílios particulares permanentes, cobertura de rede esgoto, fossa séptica, banheiros, dentre outros dados.
- serviços públicos: domicílios sem coleta de lixo e sem energia elétrica.
- *analytics*: quantidade de unidades habitacionais contratadas pelo Minha Casa Minha Vida.

Figura 6 – Tela do eixo socioambiental

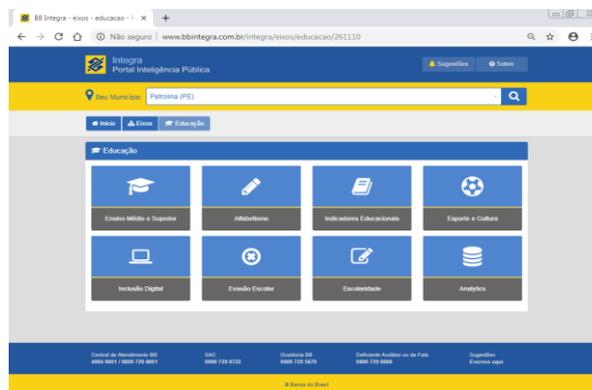


<http://www.bbintegra.com.br/integra/eixos/socioambiental/261110>

O quinto eixo é voltado para os dados de educação e são apresentados de acordo com a figura 7, com as pastas subdivididas em:

- ensino médio e superior: pessoas com acesso a educação, quantidade de instituições de ensino superior e quantidade de contratos do Fies.
- analfabetismo: quantidade de pessoas alfabetizadas por faixa etária.
- indicadores educacionais: resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM
- esporte e cultura: parcerias com outros municípios para ações culturais e quantidade de bibliotecas no município.
- inclusão digital: política, plano ou programa de inclusão digital e suas ações.
- evasão escolar: população nas escolas e que não frequenta, inclusive por faixas etárias.
- escolaridade: frequência escolar nos diversos níveis escolares, Censo Escolar, distribuição das matrículas por raça, sexo e faixa etária.
- *analytics*: estudos realizados sobre o analfabetismo, gráficos e planilhas com resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

Figura 7 – Tela do eixo educação

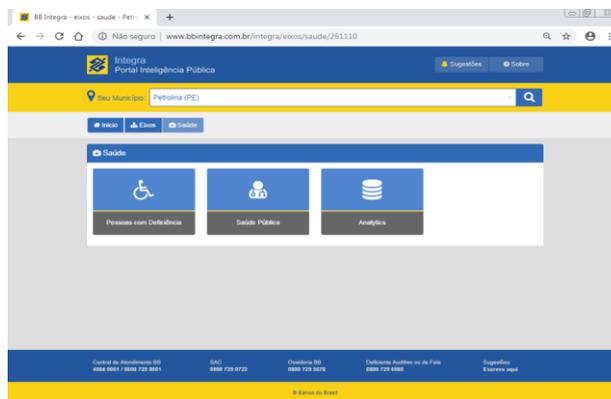


<http://www.bbintegra.com.br/integra/eixos/educacao/261110>

O sexto e último eixo é voltado para os dados da saúde e são apresentados de acordo com a figura 8, com as pastas subdivididas em:

- pessoas com deficiência: dados e gráficos sobre as pessoas com deficiência visual, auditiva, motora ou intelectual.
- saúde pública: dados sobre o Fundo Municipal de Saúde – FMS e seus programas como: assistência farmacêutica, gestão do SUS, vigilância em saúde, atenção de média e alta complexidade ambulatorial, tipos de estabelecimentos de saúde existentes no município dentre outros dados.
- *analytics*: séries históricas do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM e do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM Saúde, estatísticas de mortalidade infantil e de esperança de vida.

Figura 8 – Tela do eixo saúde



<http://www.bbintegra.com.br/integra/eixos/saude/261110>

A plataforma ainda dispõe de um espaço para sugestões de melhoria do seu ambiente virtual, além de uma pesquisa de opinião a respeito do sistema, conforme destacado nas figuras 9 e 10, cuja intenção é de tornar o sistema ainda mais colaborativo para os setores públicos e privados, uma vez que segmentos do mundo corporativo também fazem uso dessa ferramenta.

Figura 9 – Espaço para Sugestões



<http://www.bbintegra.com.br/integra/eixos/261110>

Figura 10 – Pesquisa de Opinião



<http://www.bbintegra.com.br/integra/eixos/261110>

De acordo com WERHMULLER (2014, apud. SAMPAIO e MANCINI, 2007), uma revisão sistemática, assim como outros tipos de estudos de revisão, é uma forma de pesquisa que utiliza como fonte de dados, a literatura sobre determinado tema. E este tipo de investigação disponibiliza um resumo das evidências relacionadas a uma estratégia de intervenção

específica, mediante a aplicação de métodos explícitos e sistematizados de busca, apreciação crítica e síntese da informação escolhida.

Ressaltamos ainda que as revisões sistemáticas são úteis para integrar as informações de um conjunto de estudos realizados separadamente sobre determinada intervenção, que podem apresentar resultados conflitantes e/ou coincidentes, bem como identificar temas que necessitam de evidência, auxiliando na orientação para investigações futuras.

Seguindo essa linha de raciocínio a plataforma BB Integra, Portal Inteligência Pública demonstra ser uma alternativa de qualidade na disposição das informações prestadas e sua fidedignidade, compilando os dados existentes em sites oficiais, integrando-os de maneira sintetizada, didática e sequencial para se tornar mais atrativa à análise de leigos, bem como de membros das comunidades inseridos no meio de gestão pública, sem influenciar nos resultados.

Conclusão

Analisando a literatura sobre o tema do controle social e conhecendo melhor o BB Integra, acreditamos que tal sistema está em consonância com os conceitos modernos da gestão pública gerencial.

Coadunando com essa atitude visionária, o BB Integra atende a demanda por dados que a população precisa para exercer um papel ativo nas decisões das políticas públicas municipais, há se que registrar que como todo sistema de tecnologia da informação, esse também necessita da realização de melhorias constantes, como a necessidade da atualização de forma mais tempestiva dos dados, diminuindo o tempo de atualização junto às fontes primárias.

Considerando as necessárias atualizações dos dados que integram a boa prática administrativa e ainda a carência de pesquisas sobre a temática abordada, sugere-se que outros estudos sejam realizados, no intuito de minimizar a escassez de pesquisas desenvolvidas sobre o BB Integra disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD entre outras bases de consulta, para que dessa forma outras análises possam expandir o estudo do tema.

Referências

BANCO DO BRASIL. **Plataforma BB Integra**. Disponível em: <<http://www.bbintegra.com.br/integra/>>. Acesso em 03 abril 2019

BARROS, Ana Cristina. Controle Social no Brasil. Transparência na Gestão Pública. **Tribunal de Contas do Estado do Ceará**. Fortaleza, fasc. 6, p. 84-94, 2016.

BRASIL. **Decreto-Lei nº. 200, de 25 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a organização da administração federal. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm>. Acesso em: 09 abril 2019.

BRASIL, **Lei nº 8742, de 07 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm>. Acesso em: 08 abril 2019.

BRASIL, **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 09 abril 2019.

BRASIL, **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007**. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm>. Acesso em: 06 abril 2019.

BRASIL, **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Dispõe sobre o acesso à informação. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 09 abril 2019.

CÂMARA DA REFORMA DO ESTADO. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>>. Acesso em: 05 abril 2019.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Controle Social: Orientações aos cidadãos para participação na gestão pública e exercício do controle social**. 3. ed. Brasília, 2012. p. 9

COOPER, D. R; SCHINDLER, P. S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

IBGE. **Áreas dos municípios**. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 03 abril 2019.

JORNAL O GLOBO. **Falta de qualificação afeta vida de prefeituras brasileiras**. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/brasil/falta-de-qualificacao-afeta-vida-de-prefeituras-brasileiras-4048170>>. Acesso em 14 abril 2019

MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de Marketing**: uma orientação aplicada. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MEDEIROS, Paulo Henrique Ramos e PEREIRA, José Matias. Controle Social no Brasil: Confrontando a Teoria, o Discurso Oficial e a Legislação com a Prática. **Revista TCU**, n. 98, p.63-72, Out. 2003.

WERHMULLER, Claudia Miyuki e SILVEIRA, Ismar Frango. Revisão sistemática da literatura sobre a integração entre o Facebook e o Moodle no suporte ao ensino. **Revista Gestão Universitária**.2014.



Como citar este artigo (Formato ABNT):

FERRO, Kleucia Garleny de Castro Constantino; ALBUQUERQUE, Emmanuel Ferro; SILVA, Maria Gabriela Jandiroba. BB Integra – Portal de Inteligência Pública: Uma ferramenta no Controle Social da Gestão Municipal. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, 2019, vol.13, n.45, p. 8-23. ISSN: 1981-1179.

Recebido: 06/05/2019

Aceito 6/05/2019